

GÊNERO, IDENTIDADE, DIFERENÇA

Sandra Regina Goulart Almeida
UFMG

RESUMO

O ensaio discute o desenvolvimento histórico e a situação atual dos estudos de gênero, buscando demonstrar as mudanças operadas a partir das interlocuções entre críticas feministas como Simone de Beauvoir, Judith Butler, Gayatri Spivak e Heloisa Buarque de Hollanda. Em seguida, analisa textos jornalísticos e ficcionais que abordam essa temática, em especial a escrita de Margaret Atwood.

PALAVRAS-CHAVE

gênero, identidade, diferença, feminismo.

O gênero não é algo constituído sempre de maneira coerente ou consistente (...) o gênero interage com modalidades raciais, de classe, etnossexuais e regionais de identidades constituídas discursivamente.

Judith Butler

Na citação que abre este ensaio, a crítica norte-americana Judith Butler, responsável por um trabalho seminal na área de gênero, aponta dois aspectos centrais na teorização atual acerca das questões de gênero: a) a instabilidade das relações de gênero, característica inerente e diretamente condicionada a fatores culturais e sociais; b) a constante interação do gênero com outros fatores determinantes das relações sociais. Ao invés de se apresentar como uma categoria fixa e preestabelecida, como inicialmente foi concebida, o gênero caracteriza-se, portanto, por ser algo dinâmico e inter-relacional. O trinômio “gênero, linguagem e identidade” está intimamente atrelado a questões sociais, históricas e discursivas e não pode, conseqüentemente, ser pensado ou teorizado de maneira isolada.

Por muito tempo a noção de diferença sexual foi entendida em termos de conceitos biológicos essencializantes que atrelavam essa diferença às funções e capacidades biológicas dos indivíduos. Dentro dessa lógica perversa, os homens, por sua constituição e força físicas, estariam em posição de superioridade, atuando, assim, como provedores únicos da família e como agentes na esfera pública. As mulheres, por outro lado, por sua função materna e suposta fragilidade física, estariam relegadas ao espaço privado, exercendo atividades estritamente ligadas ao plano doméstico, como o cuidado com a casa e os filhos. Nesse contexto, o conceito de gênero estava automaticamente ligado ao de sexo como categoria única que determinava os papéis sexuais dos indivíduos, reforçando, por conseguinte, a convicção na inferioridade feminina *vis-à-vis* à superioridade masculina. Por trás dessa visão essencialista da diferença sexual está a crença em identidades fixas e padrões de comportamento e interações sociais com base em qualidades supostamente inatas. Conceitos

comuns advindos dessa noção estereotipada e tendenciosa deram origem a vários mitos que predominaram sobretudo no século XIX, e que foram aos poucos sendo desconstruídos, como por exemplo, o mito da mulher monstro, da histérica, da louca e de seu oposto, igualmente estereotipado, o da mulher anjo.

Já no século XX, o conceito de gênero, usado para explicitar o elemento socialmente construído das relações entre homens e mulheres, passou a ser teorizado, através das críticas feministas que procuravam entender as causas da opressão feminina, como diretamente oposto ao de sexo, que retinha o referente biológico e determinista das relações de gênero.¹ Em outras palavras, as diferenças sexuais seriam naturais, isto é, determinadas pela natureza e função biológica dos indivíduos, enquanto que as diferenças de gênero seriam construídas culturalmente. Daí, a famosa frase de Simone de Beauvoir, “não se nasce uma mulher, torna-se uma”. Dentro desse conceito, os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres poderiam ser mudados, já que não são partes integrantes e essenciais da identidade humana, mas sim construções culturais e, sobretudo, discursivas. Desconstrói-se assim, a partir de tais análises, o determinismo biológico como a causa primordial das diferenças entre os sexos e como forma de justificar a opressão feminina nas sociedades patriarcais.

Houve, porém, a partir do final dos anos 60, com a chamada “segunda fase do movimento feminista”, uma teorização mais complexa e uma conseqüente ampliação do termo gênero, que passa a reter significados antes associados apenas ao conceito de sexo. O aspecto biológico passa, então, a ser assumido como “a base sobre a qual os significados culturais são constituídos”.² O influente artigo de Gayle Rubin, “The Traffic in Women” [O tráfico de mulheres], estabelece um novo conceito que viria a unir essas duas categorias, que ela denomina “sistema de sexo/gênero”, definido por ela como “um grupo de arranjos em termos históricos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, levando-se em consideração também a maneira como essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”.³ Esse conceito, entretanto, explicita as diferenças sexuais entre homens e mulheres, mas não dá conta da teorização sobre as diferenças entre as mulheres, acabando por confiná-las a um rótulo único e essencializante, isto é, à crença de que existe uma essência ou identidade da mulher como entidade discursiva fixa e totalitária.

Linda Nicholson, ao contrário de Butler, pensa, não em uma interseção do gênero com as diferenças de raça, classe, etc., mas em uma coexistência desses vários fatores.⁴ Segundo ela, “nunca temos um único conjunto de critérios constitutivos da ‘identidade sexual’ a partir do qual se possa inferir alguma coisa sobre as alegrias e as opressões inerentes ao ‘ser mulher’”.⁵ Temos que pensar não em um discurso das questões de gênero na diferença, o que levaria possivelmente a um “discurso da uniformidade”, mas sim em um questionamento das diferenças inerentes às questões de gênero, conforme postula Nelly Richards. Devemos, como afirma Nicholson, pensar sobre “mulheres em contextos específicos” sem

¹ NICHOLSON. Interpretando o gênero, p. 9.

² NICHOLSON. Interpretando o gênero, p. 11.

³ RUBIN, *The Traffic in Women*, p. 159. As citações de textos em inglês foram traduzidas pela autora.

⁴ NICHOLSON. Interpretando o gênero, p. 13.

⁵ NICHOLSON. Interpretando o gênero, p. 15.

que “a palavra ‘mulher’ tenha um sentido definido”: “Quero sugerir que pensemos no sentido de ‘mulher’ (...) como palavra cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características”.⁶

Miriam Grossi, antropóloga que tem se dedicado a questões teóricas referentes aos estudos sobre a mulher e estudos de gênero, delinea um histórico de como houve, na teorização feita principalmente no Brasil, uma mudança gradual de um enfoque na categoria mulher para um outro voltado para questões de gênero em um contexto histórico e relacional. De um certo modo, porém, até recentemente, as mulheres têm permanecido no centro das reflexões teóricas acerca do gênero. Grossi localiza, no atual cenário, três possibilidades de ancoragens teóricas associadas aos estudos de gênero: o estudo sobre as mulheres, o estudo de gênero em um sentido relacional – enfatizando as relações homens e mulheres –, e o estudo da masculinidade. Essa última vertente, por sua vez, vem ganhando força cada vez mais rapidamente nos meios críticos dos estudos de gênero. Nesse sentido, uma análise dos mecanismos sociais de construção de identidades “gendradas” levaria a um questionamento das políticas excludentes e opressivas através das quais tem se mantido a subjugação de uma parcela da população humana, quer seja por questões de gênero, raça ou classe.⁷

Gostaria de pensar o lugar do gênero nas alteridades em questão hoje, aqui e agora. O termo “alteridade”, do latim *alteritas*, refere-se comumente ao “estado de ser outro ou diferente; diversidade; outridade”.⁸ Gayatri Spivak, no artigo “Quem reivindica alteridade?”, fala de sua preocupação, dentro das questões da alteridade, com o que ela vê como a apropriação da “história alternativa” por grupos hegemônicos e identifica as categorias de gênero, raça, etnicidade e classe como instrumentos para fazer emergir essas histórias alternativas.⁹ Nesse contexto, para Spivak, a posição das mulheres como subalternas, cujos discursos são freqüentemente apropriados, torna-se duplamente deslocada e obliterada, pois a construção ideológica de gênero funciona para manter dominante nas histórias alternativas o poder masculino. Da mesma forma, Heloisa Buarque de Hollanda observa como, a partir da década de 1970, o debate em torno da questão da alteridade surgiu com os “movimentos anticoloniais, étnicos, raciais, de mulheres e ecológicos que se consolidam como novas forças políticas emergentes”. Salienta ainda a importância que o pensamento feminista adquiriu, nessas últimas décadas, como expressão de uma “tendência teórica inovadora e de forte potencial crítico e político”, mediante o que ela percebe como “a ineficácia dos discursos contestatórios da atualidade”. Tal importância se deve ainda, observa a crítica brasileira, à interferência dos estudos de gênero no rumo originalmente determinado para o desenvolvimento das teorias críticas contemporâneas como, por exemplo, o pós-modernismo e os estudos culturais.¹⁰ Outros críticos afirmam que houve dois momentos

⁶ NICHOLSON. Interpretando o gênero, p. 34-35.

⁷ GROSSI. Miriam Pillar. Estudos sobre mulheres ou de gênero? p. 341-342.

⁸ ASHCROFT *et al.* *Concepts in Post-colonial Studies*, p. 11.

⁹ SPIVAK. Quem reivindica a alteridade? p. 187-189.

¹⁰ HOLLANDA. Introdução: feminismo em tempos pós-modernos, p. 8-9.

altamente relevantes nos postulados teóricos contemporâneos que forçaram uma interrupção necessária e produtiva nesses estudos: as teorizações acerca das questões de raça e de gênero.¹¹

Os estudos de gênero, e sobretudo os estudos sobre as mulheres, foram, portanto, essenciais num redirecionamento da crítica contemporânea e continuam, apesar de várias afirmações dos meios de comunicação de que os ideais feministas fracassaram e de que vivenciamos na atualidade a era do pós-feminismo (no seu sentido pejorativo).¹² Basta olharmos ao nosso redor para perceber que as questões de gênero estão mais evidentes do que nunca nos debates atuais em todas as áreas, como, por exemplo, na veiculação das imagens femininas que participaram da sucessão presidencial de 2002. No caso de Roseana Sarney, a figura da mulher é manipulada em função de uma estratégia de marketing, que se apropriou de um discurso feminista incompatível com sua atuação política e posição social hegemônica. O mesmo ocorre com Rita Camata, cuja imagem estereotipicamente feminina, doce e angelical, visa a se contrapor à rigidez de Serra, e com Patrícia Pillar, que representa o ideal da mulher bela, corajosa e lutadora, sempre disposta a apoiar e valorizar o homem com quem vive. Na esfera da política internacional, chama a atenção, no conflito no Oriente Médio, o redirecionamento da retórica de guerra e poder para a manipulação de um discurso de pretensa liberação das mulheres sob o poder do Talibã.

A meu ver, leituras que enfoquem uma análise de um discurso ou texto em termos das questões de gênero podem fornecer subsídios para uma visão crítica, desestabilizadora e desconstrutora dos discursos contemporâneos. Como exemplo, cito um número recente da revista *Veja*, especialmente dedicado à mulher, que anuncia no índice o tópico do editorial: “A mulher real – o que há por trás do estereótipo”. Qual não foi minha surpresa ao abrir a página da Carta ao Leitor e constatar que, na verdade, ao invés de discutir ou problematizar os estereótipos das imagens e papéis femininos na atualidade, como indicava o título, o editorial simplesmente reproduzia iconicamente estereótipos e imagens arraigadas que encontramos em inúmeras representações das mulheres. Apesar de falar delas de maneira plural no texto de fundo, o título e a fotografia apontam para um discurso unidirecional e uma imagem unitária da mulher. O título, “A mulher real”, direciona o texto para um espaço de significação única e de imaginários impossíveis, pois, afinal, existiria tal “mulher real”? Ou seria aquela proposta apenas uma reprodução de um construto social e culturalmente demarcado como mostra a foto que acompanha o texto? Podemos ler a mulher real preconizada pelo título e ilustrada pela foto como o estereótipo tradicional da mulher veiculado pelos meios de comunicação e pela indústria cultural: uma mulher branca, jovem, magra, loira, bela e, claro, seminua. Seria essa a mulher real a que o título alude? Caso seja, quais as implicações de tal representação estereotipada, essencializante e obviamente preconceituosa? Onde estariam as outras mulheres, não tão reais ou visíveis –

¹¹ HALL. *Cultural Studies and its Theoretical Legacies*.

¹² O termo pós-feminismo é atualmente usado em duas concepções distintas e opostas. Em um primeiro momento se refere a discursos contemporâneos ligados ao pós-modernismo que apontam para a impossibilidade de um conceito unitário de identidade feminina. Por outro lado adquiriu, através dos meios de comunicação, um significado corrente que se opõe ao feminismo para indicar o momento que se segue às reivindicações feministas. Implícito nessa compreensão do termo está a idéia de que o feminismo não é mais necessário pois as mulheres já conquistaram suas reivindicações básicas (HUMM. *The Dictionary of Feminist Theory*, p. 215).

as mulheres negras, indígenas, não tão magras, jovens, belas, e nem tampouco economicamente privilegiadas? Certamente, não as encontraremos nas páginas dedicadas à mulher – em sua concepção única, como escolhe a revista – desse número especial de *Veja*. Esse exemplo da veiculação de uma imagem única da mulher aponta justamente para uma ausência marcante – a das “outras” mulheres – e mostra o distanciamento existente entre as teorizações contemporâneas sobre o gênero e as inúmeras imagens femininas veiculadas nos meios de comunicação e nos discursos atuais.

A escritora canadense Margaret Atwood apresenta uma versão humorística, e ao mesmo tempo extremamente irônica, da perspectiva de gênero e da mulher diante da reificação feminina veiculada principalmente através da mídia. O pequeno conto intitulado “Iconography” [Iconografia], da coletânea *Murder in the Dark*, inicia com o seguinte jogo de palavras: “He wants her arranged just so. He wants her arranged. He arranges to want her”¹³. E continua:

This is the arrangement they have made. With strings attached, or ropes, stockings, leather straps. What else is arranged? Furniture, flowers. For contemplation and a graceful disposition of parts to compose a unified and aesthetic whole... The most important thing is making her. Over, from nothing. From scratch, the way he wants.¹⁴

A mulher descrita por Atwood nessa representação iconográfica nos lembra em muito a imagem feminina reproduzida em *Veja*. Ambas são claramente objetos do olhar masculino e objetos de desejo, reificadas em um corpo unificado e emblemático, representando padrões estéticos preestabelecidos e idealizados, que acabam sendo incorporados no imaginário das mulheres. Porém, ao contrário do artigo da revista *Veja*, o texto de Atwood objetiva expor, de forma irônica e crítica, esses mesmos estereótipos com o intuito de questionar e problematizar representações tradicionais da imagem feminina.

De forma similar, em “The Female Body” [O corpo feminino], breve conto da coletânea *Good Bones*, o corpo feminino, aqui mais uma vez singularizado em uma concepção única, como a mulher real de *Veja*, é descrito, também por uma voz narrativa que revela uma ironia fina e mordaz, não apenas como objeto de consumo, mas ainda como um objeto que vende uma imagem a ser consumida:

The Female Body has many uses. It's been used as a door knocker, a bottle opener... It sells cars, beer, shaving lotion, cigarettes, hard liquor; it sells diet plans and diamonds, and desire in tiny crystal bottles. Is this the face that launched a thousand products?¹⁵

¹³ ATWOOD. *Murder in the Dark*, p. 64. Ele quer arrumá-la. Ele a quer arrumada. Ele se dispõe a querê-la.

¹⁴ ATWOOD. *Murder in the Dark*, p. 64. Este foi o arranjo que fizeram. Compromisso selado e atado com fios, cordas, meias, tiras de couro. O que mais se arruma? Móveis, flores. Para a contemplação e uma disposição elegante das partes a fim de compor um todo unificado e estético (...) O mais importante é fazê-la. Do nada. Do começo, da maneira que ele quiser.

¹⁵ ATWOOD. *Good Bones*, p. 35. O Corpo Feminino tem muitos usos. Tem sido usado como aldrava, abridor de garrafa (...) Vende carros, cerveja, loção de barbear, cigarros, bebidas alcoólicas; vende planos de dieta e diamantes, e desejos em pequenas garrafas de cristal. É essa a face que lançou mil produtos?

Além de questionar o uso e abuso do corpo feminino, Atwood recupera uma alusão antiga e mítica do Fausto de Marlowe, imortalizada também em música, que, ao se referir à beleza de Helena de Tróia (na verdade o demônio travestido da bela mulher mítica), indaga: “Is this the face that launched a thousand ships?”¹⁶ Marlowe se refere aqui ao fato de Helena ser considerada a responsável pela Guerra de Tróia, uma referência que adquiriu, ao longo dos anos, uma conotação negativa ao conceber a imagem da mulher sedutora como sendo a causa de grandes guerras e da destruição da humanidade. Atwood usa o contexto histórico em um sentido irônico ao equiparar o suposto poder da mulher, para causar uma guerra, com seu poder para vender um produto. Na verdade, em ambos os casos as mulheres são apenas objetos passivos ou marionetes manipuladas pelo desejo e poder masculinos. Avesa à unilateralidade dos discursos da atualidade, Atwood critica, nos textos mencionados, a ausência de discursos que privilegiem a variedade de possibilidades e identidades dos sujeitos femininos.

Por outro lado, certos discursos críticos da contemporaneidade apontam para uma teorização cultural e discursiva acerca do gênero que redefine essa concepção embasada em uma noção de “uma única e indivisível mulher” a favor de um estudo que analise não somente “as relações sociais marcadas pelas diferenças materiais e simbólicas entre *feminino* e *masculino*, relações entre mulheres e homens, mas também das mulheres e dos homens entre si”¹⁷

Essa nova leitura, esse desdobramento e esse respeito pela diferença podem ser observados no seguinte poema de Adélia Prado, intitulado, “Com licença poética”, em uma alusão direta e irônica à releitura que a poeta faz do texto drummondiano:

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
Sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, acredito em parto sem dor.
Mas, o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
(dor não é amargura).
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida, é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.

A mulher de Adélia Prado, apesar do uso singular do termo, não personifica uma imagem idealizada, irreal e única. Ela é “desdobrável”, resistindo a estereótipos, rotulações e a uma identidade fixa. Ela se desdobra em várias outras, em mil formas, discursos,

¹⁶ É essa a face que lançou tantos navios?

¹⁷ GROSSI. Estudos de mulheres ou de gênero? p. 333.

linguagens e possibilidades infindáveis. Ela abre espaços pluralizantes, estende conceitos, empunha estandartes e cria novas linhagens, heranças, imagens e, sobretudo, novas leituras desestabilizantes.

Gostaria agora de explorar brevemente outros textos em que o respeito à diversidade e à multiplicidade das questões de gênero é enfatizado. Trata-se de dois livros da escritora Ana Miranda: *Desmundo* e *Amrik*. Esses romances apontam para a heterogeneidade de posicionamento dos sujeitos femininos ao exporem as protagonistas a contatos com mulheres advindas de outros contextos sociais, culturais e raciais. As personagens de Ana Miranda espelham a diversidade e variedade de possibilidades com relação às representações femininas. Em *Desmundo*, Oribela, a personagem principal, interage com Temericô e outras “naturais” e escravas, consciente de sua posição ambígua e conflitante no cenário colonial – ao mesmo tempo marginal e periférica por questões de gênero e privilegiada por circunstâncias de raça e classe. De forma semelhante, em *Amrik*, Amina relata com frequência sua posição inquietante, em interação constante com a “arifa” (termo árabe usado para designar empregada doméstica) Tenura. Nos dois casos as narrativas explicitam o caráter deslizante das relações de gênero, constantemente em diálogo com outras formas de estratificação de poder e produto da condição paradoxal e ambivalente dos sujeitos femininos em contextos culturais variados. Essa variedade de códigos sociais, raciais e culturais – ausentes no texto da revista *Veja*, e questionados por Atwood – impede que as narrativas se tornem essencializantes, permitindo assim a construção e desconstrução de textos e discursos feministas de diferenças e de possíveis leituras pluralizantes e desestabilizantes e, sobretudo, resistentes à unilateralidade dos discursos dominantes.



ABSTRACT

This paper aims at discussing the historical development of gender studies in the 20th century and the contemporary feminist theories. The text analyzes the changes resulting from the dialogue between feminist critics such as Simone de Beauvoir, Judith Butler, Gayatri Spivak and Heloisa Buarque de Hollanda, as well as the approach to gender in the media and in the writings of Margaret Atwood.

KEY WORDS

gender, identity, difference, feminism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASHCROFT, Bill, *et al.* *Key Concepts in Post-Colonial Studies*. New York: Routledge, 1998.
- ATWOOD, Margaret. *Good Bones*. Toronto: M & S, 1997.
- ATWOOD, Margaret. *Murder in the Dark*. Toronto: M & S, 1997.
- BEAUVOIR, Simone de. *The Second Sex*. Trans. H.M. Parshley. New York: Knoff, 1984.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. London: Routledge, 1990.

- GROSSI, Miriam Pillar. Estudos sobre mulheres ou de gênero? Afinal o que fazemos? (Teorias sociais e paradigmas teóricos). In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.). *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 329-343.
- HALL, Stuart. Cultural Studies and Its Theoretical Legacies. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (Ed.). *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*. London: Routledge, 1996. p. 262-275.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução: feminismo em tempos pós-modernos. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 7-19.
- HUMM, Maggie. *The Dictionary of Feminist Theory*. Columbus: Ohio State University Press, 1995.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas* 11.2 (2000): p. 9-41.
- PRADO, Adélia. *Bagagem*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- RICHARDS, Nelly. Feminismo, experiencia y representación. *Revista Iberoamericana* v. 62, n. 176-177, p. 733-744, julio-diciembre 1996.
- RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex. In: REITER, Rayna (Ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review, 1975. p. 157-210.
- SPIVAK, Gayatri. Quem reivindica alteridade? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 187-205.